



Carta Aberta

Aos Defensores do Associativismo, do Património, da Paisagem, da Ruralidade e do Interesse Público.

A ADIM, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, tem um passado de quase 35 anos na defesa do PATRIMÓNIO e do desenvolvimento rural da freguesia de Monsaraz. Desde a sua fundação, em 1988, que desenvolve actividades multidisciplinares em diversas parcerias com entidades públicas e privadas. Apesar deste passado, a ADIM está, como a generalidade das associações de defesa do património “fora de moda”. O turismo, a nova agricultura e os respectivos negócios associados estão a destruir rapidamente o património e a cultura a todos os níveis. Naturalmente, este tipo de associações, que funcionam sempre em registo de contrapoder, que denunciam os atentados ao território e à paisagem, são incómodas a quem manda e a quem tem poder. É por isso que estas associações fazem cada vez mais sentido e são mais necessárias para a defesa destes valores universais.

A ADIM tem estado sempre do lado da defesa do PATRIMÓNIO, em Monsaraz, e no concelho de Reguengos, em questões como as obras mal executadas pelo município nas suas fortalezas em 1993 e na destruição das ladeiras medievais em 2007, ambas dentro na sua zona especial de protecção; na defesa da morte do toiro nas festas tradicionais em 2008; na luta contra a exportação de oliveiras centenárias em 2012; na denuncia da derrocada da abobada da ermida de S. Bento do sec XVI em 2013; na insistência da necessidade de um plano de salvaguarda da Vila histórica que impeça a sua adulteração; na denuncia de obras ilegais e desenquadradas do valor histórico da Vila classificada e na falta de regras no uso de materiais e técnicas de construção; na perda de residentes e de vida urbana com a sua transformação num sitio morto que apenas recebe turistas e visitantes sem nenhum outro objectivo que não sejam os lucros particulares e os prejuízos públicos. Para além disso, a ADIM foi inovadora na realização dos primeiros passeios pedonais organizados no concelho; na fundação e gestão da Universidade Sénior de Reguengos entre 2008 e 2013; na candidatura, com os empresários da freguesia, de um projecto de “percursos do imaginário”; no lançamento pioneiro da ideia de “ver as estrelas”; na organização de exposições, encontros, debates e conferencias; a ADIM fundou e manteve durante anos um Centro Rural, em parceria com a Junta de Freguesia; editou cerca de duas dezenas de livros; no âmbito do PRODER e do LEADER ajudou a financiar CENTENAS DE MILHARES DE EUROS em diversos investimentos estruturados e sustentáveis, apoiando privados e instituições.

Infelizmente, passados todos estes anos, os interesses particulares instantâneos estão a ultrapassar o interesse publico e as características da ruralidade e singularidade da cultura local, assim como os interesses perduráveis e sustentados.

É também fruto do tempo que o espírito associativo e o interesse pela intervenção independente têm esmorecido. Os jovens interessam-se cada vez mais por lugares políticos e menos pela participação cívica, e as associações de defesa do património são vistas pelos interesses privados como entrave ao “desenvolvimento”. A ADIM continua, por isso mesmo, a desenvolver o seu trabalho na defesa dos interesses locais. Somos uma das 4 associações fundadoras do MONTE, que se constitui como um Grupo de Acção Local e que gere fundos comunitários específicos para a zonas rurais. Por esta via apoiamos imensos pequenos projectos de desenvolvimento de acordo com uma estratégia suporte da ruralidade.

A ADIM estabeleceu, há mais de 20 anos, um PROTOCOLO com a Santa Casa de Misericórdia de Monsaraz (SCMM), para recuperar as instalações da antiga Casa do Povo, onde fez obras para aí instalar a sua sede. A ADIM promoveu e apoiou também a candidatura de obras de recuperação e adaptação de um outro espaço do edifício da Misericórdia, onde funcionou um estabelecimento de artigos regionais e que hoje é a sede de um grupo cultural, com a qual a SCMM tem idêntico contrato de comodato.

A SCMM deixou chegar o seu edifício a um estado de degradação tal, em especial na cobertura e paredes, que o espaço da ADIM não pode ser usado convenientemente há vários anos. Chove no seu

interior. Os níveis de humidade são elevadíssimos. A ADIM tem feito tudo para resolver este problema, desde 2006, sem sucesso. Inclusive, promoveu em 2011 a candidatura de um projecto de recuperação de todo o edifício. Infelizmente, não o conseguimos efectivar por falta de interesse do Município, que na altura não permitia qualquer intervenção que pudesse dar algum relevo ou protagonismo à nossa associação. Por razões estritamente políticas e pessoais foi prejudicado o interesse público e o projecto não foi sequer candidatado.

O contrato de comodato que a ADIM mantém com a SCMM tem sido renovado automaticamente de acordo com o previsto no contrato, de dois em dois anos. A SCMM tem um edifício enorme, desaproveitado, que se encontra no estado de degradação que é conhecido. Tem várias salas abandonadas, armazenando, há décadas, velharias misturadas com peças de museu, sem qualquer manutenção. A SCMM é uma das poucas instituições de Misericórdia do país que não tem qualquer tipo de intervenção social ou valência de apoio, e nem sequer consegue candidatar qualquer projecto por falta de iniciativa e de capacidade técnica, financeira e contabilística.

A SCMM pretende agora, inexplicavelmente, não renovar o contrato de comodato e quer despejar a ADIM, uma associação com 35 anos de existência e centenas de sócios. A SCMM não precisa daquelas instalações para nada, dado que não tem qualquer actividade de cariz social ou outra, para além de organizar as festas anuais da Vila e recentemente um evento de qualidade e justificação mais do que duvidosa, criticado por todos os conhecedores da história e da cultura.

O contrato de comodato existente e válido, apenas prevê o seu fim no caso de extinção da associação ou da sua mudança de actividade, o que não é o caso. A SCMM renovou o contrato de comodato com a outra associação que ocupa o espaço vizinho, mas não o que renovar com a ADIM, sem qualquer justificação, pese embora a ADIM ter promovido a candidatura das duas obras de recuperação.

A sede que a ADIM ocupa nunca foi utilizada pela SCMM, pois que antes era a sede da Casa do Povo e a sala de ensaios do grupo coral, que actualmente tem novas instalações. A SCMM nunca se dignou falar com a direcção da ADIM para explicar a inusitada decisão de querer desalojar a ADIM. As obras que a ADIM fez no edifício foram as últimas obras correctas efectuadas nos últimos 200 anos no edifício, com projecto aprovado, financiadas pelo programa LEADER.

Sem conseguir legalmente despejar a ADIM da sua sede, a SCMM, num procedimento inexplicável, ocupou o espaço à força. Substituiu a fechadura, desmontou computadores, violou armários e retirou deles todo o arquivo da ADIM, ocupando esses armários com roupas velhas e produtos enlatados, sem critério nem regra. Todo o material, mobiliário e equipamentos da ADIM foram amontoados sem qualquer cuidado a um canto de uma das salas.

Tal "ocupação" motivou, obviamente, a denuncia da ADIM às autoridades. Foi assim decretada pelo tribunal a imposição da devolução da chave e da entrega do espaço ao seu legítimo ocupante. Ainda assim, a ADIM entendeu não apresentar queixa crime contra a SCMM, numa atitude que pensamos ter sido a mais correcta por parte de uma associação civilizada. A ADIM propôs até um acordo em que se disponibilizou a partilhar a utilização do espaço sempre que a SCMM dele necessitasse, dado que o resto do edifício está degradado, ao abandono e sem possibilidades de uso. A ADIM, de boa fé, cumpriu com lealdade o acordo que propôs, ratificado pelo tribunal, mas a SCMM, que sempre esteve de má fé em todo o processo, não cumpriu nenhuma das suas cláusulas. Não chegou sequer a usar as instalações, nem recolocou no seu lugar os bens da ADIM que tinha desarranjado. Não ligou, como acordado, a luz eléctrica. Nem eles próprios puderam usar o espaço porque não tinha electricidade. Algumas das pessoas que agora estão envolvidos nesta conduta desrespeitosa já foram beneficiários do apoio da ADIM, em particular benfeitorando de fundos para projectos apresentados ao MONTE, mediados pela ADIM que sempre acompanhou e apoiou essas candidaturas. A memória é curta para muita gente.

A ADIM é dirigida por pessoas adultas, com honra e com valores, que firmam a sua actividade no interesse da comunidade. Os interesses individuais, políticos e partidários não foram nunca considerados na sua acção como acontece com quem explora e se aproveita do valor patrimonial da Vila em benefício próprio. A ADIM não aceita ser por isso maltratada, injuriada e menorizada. A ADIM seria incapaz de tomar de assalto as instalações de alguém sem o seu consentimento. A infantilidade deste procedimento, em nome de uma instituição que merece respeito, é ignóbil porque não respeita valores nem instituições.

A ADIM não vai perder tempo com quem está tão distante dos valores e interesses da Vila. Temos do nosso lado a legalidade, e não vamos mendigar um espaço cujo uso é contratualmente nosso por direito, a quem é capaz de ter este tipo de atitudes desprezíveis. A SCMM não respeita instituições a quem deve atenções. Os seus dirigentes não demonstram capacidade para gerir uma instituição secular.

Apesar de toda esta desconsideração, a ADIM vai continuar a defender os mesmos valores da comunidade contra aqueles que acham que essa luta lhes é inconveniente por razões estritamente do foro pessoal e privado, que rapidamente serão entendidos. Nada nos fará desistir deste objectivo formulado há 35 anos pelo grupo de fundadores do qual somos fiéis seguidores, lavrado nos princípios e objectivos constituintes da associação.

Queremos com esta carta aberta dar a conhecer este insulto contra o associativismo, a história e a liberdade de intervenção cívica, social e patrimonial. Não serão atitudes mesquinhas como esta, por parte de quem não tem qualquer estatuto ou actividade que mereça a menor atenção, que nos farão desistir. Vamos temporariamente ficar sem tecto, sem local de reunião, sem espaço de trabalho e de arquivo do historial da ADIM, mas vamos certamente ter de novo as condições que merecemos para continuar a nossa actividade, cada vez mais necessária face aos novos tempos de intolerância. Estas adversidades apenas nos darão mais força e consciência de que os maiores inimigos do desenvolvimento, do património, da cultura e do normal funcionamento de instituições que merecem respeito, vem de quem as ocupa apenas com interesses antagónicos aos fins que deviam perseguir.

Para terminar, deixamos aqui um texto do Historiador Vitor Serrão, que o escreveu a propósito da sessão em que foi anunciada a segunda edição do Livro "Monsaraz – Reconstruir a Memória" - autoria da Dr^a Ana Paula Amendoeira, actual Directora Regional de Cultura do Alentejo, sócia e antiga presidente da Assembleia Geral de ADIM, bem lucidas sobre a realidade que atravessamos no que diz respeito ao património em geral e ao património Montessarense em particular. São para nós um estímulo para continuarmos a lutar por aquilo que consideramos importante:

“Antiga sede concelhia, dona de potencialidades únicas, de há muito classificada como Monumento Nacional, a antiga vila oferece-se como um exemplar "estudo de caso" sobre as mais-valias, os saberes tradicionais, a força do Património edificado e artístico e, também, os perigos de descaracterização que se foram fazendo sentir através do turismo desregulado, da especulação imobiliária, da inexorável destruição da terra e da paisagem (urbana e rural).

O efeito Alqueva mudou, no caso de Monsaraz, uma realidade secular, abrindo novos desafios. Como agir, face a grandes interesses especulativos e a novas intervenções desreguladas que ameaçam um sentido de pertença que é ou devia ser direito inalienável? Por isso, na concorrida sessão, tanto a autora, como o Arquitecto José Aguiar, que apresentou o livro, o Editor Fernando Mão de Ferro, e as autarquias presentes, também falaram de Monsaraz à luz do futuro. Não se esqueceram nomes-referência como Cesare Brandi, Françoise Choay, Orlando Ribeiro, Ribeiro Telles, Túlio Espanca, Siza Vieira..., dando ênfase a princípios éticos e científicos (e de bom-senso) que importa nunca serem aviltados.

Tesouros como Monsaraz têm de ser vivenciados e protegidos como mais-valias patrimoniais de que o Alentejo, o país e o nosso Mundo tanto precisam -- não as alienemos à voragem de uma exploração desenfreada que tudo avilta, sejam espaços, trabalho, paisagem, artes, bens patrimoniais, pessoas -- ou seja, os seculares saber-fazer e saber-viver que são e serão sempre a alma dos sítios e não podem ser vistos como as galinhas-dos-ovos-de-ouro !”

Reguengos de Monsaraz, 5 de Junho de 2023

A direcção da ADIM